

Volume 40
Número 1
Ano 2025
Id e53934

Dossiê: Impactos do giro pragmatista nas Ciências Sociais e na História

DOI: 10.1590/s0102-6992-20254001e53934

O giro pragmático na História: o que ele pode fazer ao estudo de uma experiência política

Mariana Garzón Rogé

Investigadora Adjunta do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas da Argentina (CONICET).

email: mariana.garzon.roge@gmail.com

orcid: 0000-0002-9129-4643

Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Recebido em: 16/05/2024

Aprovado em: 28/08/2024



Editor responsável: Andressa Ribeiro;
Maria Gabriela Hita; Eduardo Dimitrov

O giro pragmático na História: o que ele pode fazer ao estudo de uma experiência política

Mariana Garzón Rogé

Resumo: O artigo apresenta algumas das iniciativas promovidas pelo giro pragmático-pragmatista no campo da disciplina histórica, baseando-se em uma pesquisa sobre o primeiro peronismo na Argentina. Em primeiro lugar, aborda as consequências de uma maior simetria e uma curiosidade pragmática nas perguntas direcionadas ao objeto de estudo. Em segundo lugar, reflete sobre a preocupação de criar objetividade por meio da cooperação, seguindo de perto a perspectiva dos atores, suas competências críticas e suas maneiras de produzir, manter e transformar o que está ocorrendo. Por fim, aprofunda-se no exercício de ler as fontes históricas para perceber sua superfície como um espaço de reivindicações no presente da ação. Como reflexão final, o artigo propõe revitalizar uma abordagem baseada na confiança para a pesquisa histórica.

Palavras-chave: pragmática; pragmatismo; história; política; peronismo.

Abstract: This article presents some of the initiatives promoted by the pragmatic-pragmatist turn in the field of historical studies, based on a historical research about the first Peronism in Argentina. First, it addresses the consequences of greater symmetry and pragmatic curiosity in the questions directed at the object of study. Second, it reflects on the concern for creating objectivity through cooperation, closely following the perspective of the actors, their critical competencies, and their ways of producing, maintaining, and transforming what is happening. Finally, it delves into the exercise of reading historical sources to perceive their surface as a space for claims in the present moment of action. As a final reflection, the article proposes revitalizing a trust-based approach to historical research.

Keywords: pragmatics; pragmatism; history; politics; Peronism.

Introdução¹

Na introdução de “As Formas da Experiência”, Bernard Lepetit reivindicou uma orientação pragmática para a historiografia (Lepetit, 2013, p. 20). Tratava-se de uma possibilidade para enfrentar os desafios de uma disciplina em “crise”, conforme diagnosticado no final dos anos 80, marcada por certo esgotamento do estruturalismo e da história das mentalidades (Delacroix, 1995; Lepetit, 1995a; Noiriel, 1996). A proposta consistia em experimentar uma noção do social como categoria da prática: “ou seja, considerar que as identidades sociais e as relações sociais não têm uma natureza, apenas usos” (Lepetit, 2013, p. 20). Os estados sucessivos da sociedade, apontava o historiador francês, “têm sua origem na sequência de situações que os instituem” e, por isso, “não encontram sua razão de ser em nenhum outro lugar senão em seu próprio desdobramento” (Lepetit, 1995b, p. 119-121). Essas afirmações derivavam de uma perspectiva “à moda”, a pragmática, que opunha, como narrava o autor, à linguística saussuriana, a semântica das situações; às determinações do *habitus*, a pluralidade de mundos de ação; à racionalidade dos atores econômicos, as convenções e a razoabilidade procedimental; à antropologia estrutural, o estudo das modalidades e dos efeitos de uma experimentação historicizada das culturas; entre outras reviravoltas que manifestavam, para ele, a cristalização de um novo paradigma para as ciências sociais e humanidades (Lepetit, 2013, p. 21).

1: Uma versão primitiva deste artigo foi compartilhada durante a mesa redonda “O impacto do giro pragmático/pragmatista nas ciências sociais e história”, realizada em outubro de 2022, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, graças a uma Formação de Pós-Doutorado com Experiência no Exterior (PDÉE) da CAPES. Naquela ocasião, o manuscrito se beneficiou de valiosos comentários de Andressa Ribeiro e, posteriormente, também de trocas com Maria Gabriela Hita. O artigo definitivo contém citações de textos em francês e espanhol. Todas elas foram traduzidas para o português pela autora.

Reivindicar o presente da ação, a fragilidade da ordem social constantemente refeita a partir de realizações práticas, em condições de incerteza e instabilidade, constituía uma tentativa bastante herética para uma disciplina como a história, cuja identificação com a explicação baseada em causas como operação cognitiva favorita poderia ser suspeita de constitutiva. O movimento era possível em estreita colaboração com debates pulsantes das ciências sociais da época que, entre outros assuntos, questionavam a dicotomia agência/estrutura para pensar a ação de maneira não dualista e focavam em como atores plurais e competentes conseguiam produzir acordos (Barthe *et al.*, 2013; Corcuff, 2013; Nachi, 2006; Ogien, 2014). Esses diálogos mostraram suas estimulantes consequências em debates historiográficos (Cerutti, 1991, 1995; Cottureau, 1990; Torre, 1995a), tanto em relação a abordagens como a micro-história italiana ou a história “de baixo para cima” (Cerutti, 2008, 2016), quanto em arenas especializadas como a história do direito, do trabalho ou da religião (Cerutti, 2012; Cottureau, 1990; Torre, 1995b; 2008). E, nos últimos anos, tem testemunhado uma expansão lenta e persistente dessa perspectiva historiográfica (Cerutti, 2011; Chateauraynaud e Cohen, 2016; Garzón Rogé, 2017), mesmo como plataforma de pesquisas empíricas (Garzón Rogé, 2017a; Judde de Larivière, 2023). Trata-se de um processo disciplinar cuja relevância será decidida mais em seus usos e eficácias do que em sua capacidade de polemizar². Quais são os efeitos e inovações que uma perspectiva pragmático-pragmatista incentiva ao investigar processos do passado?

O propósito deste artigo é destacar algumas das mudanças de perspectiva que implicam precisamente o giro pragmático-pragmatista ao abordar a história. Para isso, avança invocando uma pesquisa sobre a experiência política do primeiro peronismo na Argentina entre 1945 e 1955. Em primeiro lugar, aborda a mudança de posição em relação ao objeto de estudo proposta por uma história pragmática, tematizando as consequências de uma maior simetria nas perguntas direcionadas ao objeto de pesquisa. Em segundo lugar, reflete sobre a preocupação da história pragmática em captar o que está vivo nas experiências do passado, a criação de objetividade por meio da cooperação, seguindo de perto a perspectiva dos atores, suas competências críticas e suas formas de produzir, manter e transformar o que está acontecendo. Por último, o texto mergulha no exercício tipicamente pragmático de ler as fontes históricas de maneira crítica para observar sua superfície como um lugar de reivindicações, um espaço atravessado por lutas por legitimidades em jogo em um passado que, no momento de sua produção, era presente, escorregadio, incerto, plural e multifacetado. Como reflexão final, o artigo propõe revitalizar um modo de pesquisar baseado na confiança mais do que no medo do engano, como uma forma de enriquecer as descrições possíveis e limitadas sobre esse país distante que é o passado.

Por uma ignorância de ordem pragmática

Se as práticas podem ser incompreensíveis, não é resultado da falta de consciência dos atores, mas da incompetência do terceiro observador diante das evidências locais que, sem serem formuladas, são mobilizadas pelos interagentes (Cottureau, 1990, p. 13).

Em seu artigo “Interpretar ou descrever”, o antropólogo Jean Bazin distinguiu dois tipos de hipóteses que podem ser oferecidas diante de uma situação de estranhamento. Na verdade, ele indicava que ambos os tipos de hipóteses geralmente aparecem entrelaçados, mas é importante distingui-los porque são portas de acesso a conhecimentos de natureza

2: A morte precoce e trágica de Bernard Lepetit serviu como território para a incerteza dessa deriva historiográfica no seio do grupo da revista *Annales*. O livro *Les formes de l'expérience*, por exemplo, recebeu uma resenha crítica do historiador Gareth Stedman Jones em tom de polêmica, a qual a revista publicou com uma nota que falava que a proposta desse texto não constituía uma deriva programática da revista (Garzón Rogé, 2017b). Mais recentemente, *Annales* publicou um percurso sobre suas derivações intelectuais das últimas décadas, focando em sua política interdisciplinar manifestamente expressa no contexto em que Lepetit era editor, mas limitando os alcances da relação com a virada pragmática liderada pelas ciências sociais (Les Annales, 2020).

diferente, um mais especulativo e outro mais constatativo (Bazin, 2017). O primeiro tipo de hipótese é de ordem semântica. Ela suspeita que os comportamentos observados são sintomas, expressões de alguma coisa que geralmente permanece oculta, uma suposta verdadeira causa do que está acontecendo. Por exemplo, se alguns moradores de uma localidade na província de Santiago del Estero, no norte da Argentina, estão reunidos ao redor de um catafalco da recentemente falecida Eva Perón em 1952, chorando e rezando, uma hipótese de ordem semântica poderia sugerir que esse comportamento indicaria a existência de um vínculo afetivo populista, carismático, de uma religião política que penetrou profundamente no coração dos setores populares locais. Outra hipótese semântica sobre o mesmo comportamento, outra maneira de inscrevê-lo como sinal de algo mais, poderia apontar para a existência de uma “estrutura de sentimentos” nova, uma forma de abordar a dor popular em termos políticos. E assim poderiam ser propostas outras formas de interpretação, em sintonia com diferentes arcabouços teóricos, capazes de produzir, no âmbito acadêmico, uma interpretação explicativa de comportamentos. As mulheres peronistas choravam a morte de Eva Perón porque participavam de um vínculo afetivo, por exemplo.

Outra maneira de abordar a estranheza de uma situação ou comportamento, continuava o antropólogo africanista, é assumindo que a ignorância é de ordem pragmática. Antes de supor que o observado é expressivo de outra coisa, enunciável pela pesquisadora, convida-se a pensar que a incompetência para descrever o que está acontecendo é a verdadeira origem do estranhamento em relação ao que os nativos, por sua vez, não necessariamente estão em condições de ignorância. Será que essas mulheres posicionadas ao redor daquela urna vazia de Evita estão fazendo coisas que, na minha estranheza diante desse país distante que é o passado, não consigo descrever corretamente, por não ter informação suficiente, por não conseguir restabelecer os cenários terrenos disponíveis que estavam ativados?

A tentação de oferecer uma interpretação sobre a ação em curso, dizia Bazin inspirado em Ludwig Wittgenstein, provém de uma incapacidade para sua descrição (Bazin, 2017). A hipótese semântica tem como propósito a explicação do comportamento. É quem pesquisa que pode determinar o que os atores estão fazendo, porque é quem possui as competências para isso: estão envolvidos em uma relação carismática, participam de uma religião política, são movidos por uma estrutura de sentimentos, por exemplo. Em contrapartida, uma ignorância de ordem pragmática afirma um lugar de própria incompetência com a confiança de que seu reconhecimento é o primeiro passo para sua transformação em aprendiz etnográfico: quem pesquisa é quem busca descrever o que os atores fazem nas situações de maneira prática e competente, a maior parte das vezes sem expor especialmente seus procedimentos reflexivos, que, de todo modo, podem ser rastreados em certas ocasiões. De um ponto de vista pragmático, quem pesquisa é um ávido aprendiz forasteiro, não quem se arroga o lugar de definir a natureza dos fenômenos que seus protagonistas impulsionam (Garzón Rogé, 2017b).

Vamos olhar essas questões na experiência de pesquisa sobre o peronismo. Os estudos sobre seu surgimento na Argentina concentraram-se em determinar que tipo de trabalhadores lhe ofereceu apoio em 1945, com o objetivo de decidir qual foi a natureza dessa experiência política. Eram os recém-chegados do campo para as cidades em busca de se estabelecer no contexto urbano, abertos a um vínculo com algum líder protetor que substituisse os laços paternalistas que lhes eram (supostamente) conhecidos? Ou eram os trabalhadores com tradição sindical anterior, há mais tempo na área metropolitana, que finalmente encontravam uma maior atenção às suas demandas de longa data no projeto de um funcionário especialmente ativo e com projeções políticas evidentes, como era Juan Domingo Perón? A polêmica era de natureza semântica: a escolha inicial por Perón foi uma expressão de heteronomia ou de autonomia dos trabalhadores? Foram cooptados pelo Estado, enganados a entrar por meio de uma via autoritária para uma modernidade incompleta, ou o fizeram por iniciativa própria, como parte de suas projeções conscientes

e racionais (além das frustrações que viveram pouco depois)? As respostas ao longo dos anos foram variadas, complexas e desafiadoras, nunca resolvidas, pois envolviam horizontes argumentativos que podiam se expandir sem serem definitivamente superados³.

A intenção classificatória por compreender que tipo de fenômeno foi o primeiro peronismo se enraizou em muitas outras linhas de sua análise histórica. As interpretações sobre o surgimento do peronismo no interior do país, por exemplo, outra fonte prolífica de pesquisa sobre o tema no último quarto de século, também giraram em torno de uma hipótese semântica que convidava à polêmica. Como poderia ser explicado o surgimento do peronismo em sociedades que não passaram por um processo de industrialização ou que não tinham algo semelhante a um movimento operário organizado? Será que o peronismo foi, no interior da Argentina, “uma invenção” cuja verdadeira base teve uma “matriz tradicional” em termos políticos e ideológicos? Havia diferentes tipos de peronismo? Um mais moderno e urbano, com impulso democrático de suas bases, e outro mais tradicional e conservador, com um pano de fundo mais paternalista (Aelo, 2010; Macor e Tcach, 2003)?

Os estudos sobre o Partido Peronista também se inseriram em um tipo de polêmica semântica: essa organização foi uma pirâmide sem participação das bases à medida que a autoridade de Perón se estabelecia, ou foi uma organização capaz de processar democraticamente uma certa diversidade (Luna, 1984; MacKinnon, 2002)? Demagogia ou organização política autêntica? Em um exercício profissional da disciplina, é claro que a resposta a uma pergunta de natureza interpretativa muitas vezes não consistiu em classificar a experiência peronista de maneira definitiva (heterônoma/autônoma, tradicional/moderna, demiúrgica/organizacional, etc.), mas sim em avaliar mais detalhadamente em que valor a balança se estabiliza e como isso afeta as periodizações ou excepcionalidades para pensar casos (Garzón Rogé, 2019a; Quiroga, 2012). Tipos e estágios do peronismo foram definidos, chaves explicativas dos comportamentos dos atores.

Se prescindirmos da intenção de decifrar qual foi a natureza da adesão ao peronismo e por que ocorreu, se abordarmos o assunto a partir de uma hipótese do tipo pragmático, abre-se um portal para dimensões menos exploradas sobre como essa adesão ocorreu. Afinal, a pergunta sobre o porquê costuma ser um sintoma de comoção que não consegue conhecer o fenômeno. Como foi se tornar peronista, converter-se em peronista, conviver como peronista, lidar com o peronismo e produzir os contextos nos quais esse ativismo se expandiu e se intensificou na Argentina de meados do século XX? Por exemplo, ao decidir se a adesão de parte dos trabalhadores ao peronismo foi um ato mais autônomo ou mais heterônomo, perdeu-se a oportunidade de registrar as controvérsias e dilemas que os próprios atores enfrentaram a esse respeito. O que fizeram os ativistas e periféricos do movimento peronista para pertencer ou justificar sua adesão em determinados momentos? Na próxima seção, esse assunto crucial ganha destaque para uma abordagem cuja curiosidade tem como único *a priori* a confiança nas capacidades dos atores para, como diz Bruno Latour, “fazer tudo”.

Experimentar a experiência vivida

Os próprios atores fazem tudo, inclusive seus próprios quadros, suas próprias teorias, seus próprios contextos, sua própria metafísica, até suas próprias ontologias (Latour, 2008, p. 212).

3: O debate clássico sobre as origens do peronismo é bem conhecido, e sua bibliografia é bastante extensa (Doyon, 2006; Germani, 1962; Halperín Donghi, 1975; Murmis e Portantiero, 1971; Di Tella, 2003; Torre, 1990). A polêmica sobre a autonomia da adesão que ele suscitou teve reverberações posteriores (Balbi, 2009; Sigal, 2008), assim como uma relevância especial nos estudos mais recentes sobre peronismo e sindicalismo (Contreras e Marcilese, 2013; Schiavi, 2014).

Aquilo que frequentemente a historiografia enquadra como contradições ou tensões nos comportamentos ou opções dos atores, do ponto de vista pragmático, são territórios de construção de coerências, de sinalização de incoerências, de criação de legitimidades no delicado tecido da produção colaborativa e intersubjetiva da objetividade (Rorty, 1996). Como lidaram concretamente os primeiros peronistas com as encruzilhadas em que, por exemplo, consideraram que deveriam tomar decisões em relação a uma eventual autonomia ou heteronomia? Tematizavam essas críticas em seus cursos de ação? Resistiam às críticas ou se justificavam de algum modo? Uma curiosidade de ordem pragmática não busca determinar graus de autonomia ou heteronomia, mas prescindir dessa decisão, focando no rastreamento de como os próprios atores conseguiram lidar com as situações que, no próprio curso de ação, foram produzidas como problemáticas (Dewey, 2004). Assim, o objetivo é descrever como os próprios protagonistas lidaram com o assunto, se é que, de alguma forma, isso foi um assunto para eles, dando conta de suas capacidades críticas, em vez de criticar suas capacidades (Barthe e Lemieux, 2002; Boltanski, 1990)⁴.

A perspectiva dos atores, não sua opinião ideológica ou suas supostas crenças sobre o que estavam vivendo (que são mais reivindicações do que realidades), mas os modos concretos, práticos, conjunturais, improvisados ou ponderados, de dar forma à experiência (Quéré, 1994), o que se empenhavam em nomear, rebater, matizar, contradizer, enfatizar etc., não é algo que completa a cena da reconstrução “do passado” ou que mostra a margem da recepção que seria necessária para cotejar os estudos em chave de produção de mensagens. A vocação de “levar a sério os atores”, para recuperar outra consigna de Lepetit, não implica transformá-los na fonte de uma verdade subjetiva e relativa sobre o que aconteceu, mas constitui um chamado a levar em conta suas tentativas práticas de organizar a experiência nos cursos de ação como parte inevitável na disputa pela definição das situações em que intervieram (Lepetit, 1995b). A dimensão *emic* da ação, seu desenvolvimento em seus próprios termos, falaria Simona Cerutti, sua condição autointerpretativa, diria Alain Cottureau, é indispensável para uma descrição precisa (Cerutti, 2011; Cottureau, 2014). Não é possível dar conta do que acontece sem levar a sério os modos pelos quais os atores disputam a definição do que está em jogo naquela situação, o que não significa que eles possam nos ditar literalmente o sentido do que está acontecendo, pois são parte de um jogo em que precisamente o que está em jogo é que nem tudo está sendo dito (Cerutti, 2011).

Os regimes de justificação utilizados, os processos dinâmicos de construção e negociação de legitimidades a partir de seus usos concretos em situações que se revelam problemáticas para seus próprios participantes, são a matéria-prima para recompor a minúcia dos processos de politização vividos. Nesses processos, os atores não necessariamente buscavam maximizar benefícios, mas principalmente operar em contextos, em função de questões heterogêneas que iam carregando de valor e testando em relações dinâmicas. A noção utilitarista e moderna de estratégia perde de vista que a ação humana é plural: os atores, ao se comportarem de um determinado modo, podem estar fazendo muitas coisas ao mesmo tempo, lidando de modo competente com uma multiplicidade de questões e cenários (Dodier, 1991). Eles fazem coisas com os recursos que têm, em contextos que conseguem produzir de modo multifacetado, em adesão a diferentes questões que vão considerando convenientes ou mais convenientes. No presente da ação não há erros, nem falhas, nem acertos, apenas o que está sendo, em processos de interdependência e colaboração, com consequências na produção plural da sociedade tal como ocorreu em seus diferentes momentos (Cerutti, 2008).

Ao observar o que poderia brutalmente ser chamado de “verticalização” do primeiro peronismo, ou seja, a adoção progressiva de uma forma organizativa interna na qual os líderes e dirigentes do movimento estavam no vértice, com uma capacidade de ação

4: Outra abordagem de investigação poderia ser descrever como a questão da autonomia/heteronomia se tornou o tema significativo para aqueles que dedicaram seus estudos ao peronismo, como esse modo de avaliar a experiência avançou na agenda historiográfica e quais reivindicações implicou nas situações de enunciação em que foram elaboradas.

cada vez mais reduzida das bases, surge uma tentação natural de ver um processo de imposição de poder de cima para baixo. Nessa perspectiva, desenham-se figuras de vítimas e algozes, e o processo pelo qual se estruturou uma forma de organização semelhante se torna mecânico. O Estado, o avanço de lideranças acólitas, o autoritarismo de Perón ou a lógica própria do populismo são a origem e explicação de como as bases peronistas foram prejudicadas, como os peronistas foram vítimas do crescente poder que os esmagou, negou-lhes autonomia e culminou na asfixia do próprio movimento em 1955, quando não pôde se defender contra os ataques da oposição e foi derrubado. No entanto, de uma perspectiva pragmática, que busca descrever os processos vividos por atores competentes, observa-se que os peronistas não foram apenas vítimas desse processo de “verticalização”, mas parte desse processo que exigiu validações, legitimidades, justificações e aceitação de sua parte. O processo de “verticalização” também foi um efeito de práticas políticas úteis na vida cotidiana do peronismo, por parte daqueles que não necessariamente desejavam uma estrutura mais vertical de poder.

O acompanhamento dos ativistas do peronismo das províncias que viajavam para Buenos Aires, a capital do país, em busca de soluções para seus problemas locais, permitiu descrever aspectos da criação de uma autoridade vertical no peronismo, devolvendo um volume histórico ao processo vivido. Os líderes políticos de diferentes províncias e localidades, no meio de suas disputas locais, viajaram muitas vezes à capital do país para buscar soluções para seus conflitos, evitando instâncias intermediárias, e depois voltaram, com respostas ou sem elas, a seus lugares, tendo validado de maneira prática o fato de que a autoridade peronista era concedida externamente, que era necessário e legítimo convocar um árbitro externo para resolver os conflitos (Garzón Rogé, 2019b). Nessas instâncias, para não parecerem dissidentes, para não aparecerem questionando um certo mandato de disciplina partidária que Perón queria instaurar desde o início no heterogêneo movimento que liderava, esses ativistas criaram uma série de mecanismos para enfatizar que respeitavam as decisões de Perón e Eva Perón, mesmo ao desobedecer seus desígnios, e que suas ações não deveriam ser interpretadas como desrespeito às autoridades partidárias porque eles apenas queriam o melhor para o peronismo. Portanto, para desobedecer, evocavam a verticalidade partidária, a autoridade “indiscutível” do líder, a defesa do “verdadeiro peronismo”.

Os trabalhadores da Federação Operária Tucumana da Indústria Açucareira, por exemplo, impulsionadores da vitória do peronismo em Tucumán em 1946, em 1949 realizaram uma greve longa e custosa, que acabaram perdendo. Nessa ocasião, para sustentar a greve, eles aclamavam Perón e afirmavam que o líder sempre estava ao lado dos trabalhadores e que não os decepcionaria. Invocavam-no para validar a manutenção da medida de força que o próprio governo considerava ilegítima. Um agente de inteligência do governo que registrava a medida comentava da seguinte forma o assunto:

De forma unânime e em um único acordo, [os grevistas] disseram que a única maneira de voltarem ao trabalho seria se o General Perón os ordenasse pelo rádio, pois estão cansados dos falsos apóstolos e mentirosos, e que o único em quem têm fé e acreditam é o “LÍDER” General Perón, em quem têm confiança cega porque sabem que não os enganará, já que, disseram, o General Perón nunca mentiu para a classe trabalhadora e sabem que os ajudará a resolver satisfatoriamente o conflito atual. Houve gritos ensurdecedores de “viva ao líder [...], à FOTIA e à FEIA”. Com isso, confirmo meu relatório anterior no atual conflito açucareiro: o povo do campo e os operários dos engenhos estão resolvidos, dizem, se o General Perón não os ajudar, com quem estiveram, estão e estarão a todo momento, [estão dispostos] a comer raízes se for necessário, antes de suspender a atual greve.

Relatório do delegado em Tucumán da Divisão de Assuntos Especiais. Arquivo Geral da Nação – Fundo Documental da Procuradoria Nacional de Recuperação Patrimonial – Caixa 21 – Exp. 102.939. Datado de 14.11.1949.

Esses pequenos atos, em seu conjunto, foram solidificando um certo modo eficaz e útil de fazer política no peronismo, mesmo que fossem convenientes em um sentido e bastante inconvenientes em outros (Thévenot, 1990). Os peronistas não agiram assim porque no peronismo não se poderia agir de outra forma, mas esses modos de agir contribuíram para que o peronismo se tornasse aquela estrutura que perdeu vitalidade e terminou em uma desmobilização relativa que abriu caminho para o golpe cívico-militar de 1955 (Acha, 2019).

A “verticalização” do primeiro peronismo não foi um processo unilateral, não foi uma fatalidade meteorológica que destruiu a vivacidade dos peronistas, nem um fenômeno que entrava em contradição com o ímpeto mobilizador que caracterizou os primeiros anos de sua história. A mobilização em si mesma foi sustentada na aposta pelo “líder que nunca engana os trabalhadores”, na busca por árbitros externos para resolver conflitos locais que não eram negociados, na disputa por produzir candidatos “impostos de cima” para evitar o suporte a outra facção local com maiores chances de instalar um candidato no governo. Mobilização e desmobilização no peronismo foram processos não antagônicos, não contraditórios, e os protagonistas desses processos apostavam em ambas coisas ao mesmo tempo, talvez não em suas motivações, mas sim nas consequências de sua ação situada.

Onde por vezes se interpretou a existência de deferência política, de um vínculo afetivo populista ou de uma estrutura de sentimentos melodramática, uma abordagem pragmática prefere registrar instâncias de produção da política, de realização prática do peronismo histórico. Os rituais da vida partidária, as manifestações, os atos públicos, mais do que momentos de consolidação de um “consenso passivo” e de criação de autoritarismo (Plotkin, 2007), foram momentos em que o conflito foi criado e resolvido, dando ao peronismo seus contornos específicos de existência (Rodriguez Cordeu, 2023). Dar conta dos modos diversos de lidar com conveniências e controvérsias da política vivida, no nível do cotidiano, por meio de ferramentas que foram se mostrando úteis ou sendo descartadas para resolver problemas nos cursos de ação, permite reflorestar as imagens do peronismo histórico em funcionamento. Não é que apenas tenha havido conveniências, controvérsias e consequências, com certeza houve outras coisas (afetos, motivações, ideologias, identidades, mentiras etc.), mas sobre elas só poderíamos especular algumas interpretações arriscadas cuja validade repousa mais em nossas escolhas teóricas e leituras contemporâneas do que no substrato de realidade que deu origem às fontes com as quais pesquisamos.

As fontes como reivindicações

Na sua crítica ao paradigma da suspeita, a historiadora Simona Cerutti propôs que, embora as fontes nunca sejam receptáculos nos quais encontrar informações transparentes, elas também não são lugares nos quais só podemos ler indícios arcanos de passados distantes (Cerutti, 2011). Uma história pragmática sugere considerar as fontes como reivindicações de alguma legitimidade que só pode ser descrita em relação a um presente, às vezes indescritível para quem tenta escrever a história sem ter acesso às dimensões do jogo em curso naquele momento. As fontes carregam em sua superfície vestígios de disputas que ocorreram no momento de sua enunciação, embora nem sempre tenhamos a capacidade de vê-los. Elas são produtos provisórios e mutáveis de sequências de ações que podem ser recuperadas, às vezes, com algum detalhe.

Quando não é evidente em que medida uma fonte é uma ação que reivindica algo, é devido à incompetência e à estranheza impostas pela distância temporal, pela falta de

informações suficientes para reconstituir o contexto de sua aparição, as controvérsias das quais participou e as realizações práticas às quais contribuía. No entanto, o fato de não conseguirmos descrever uma fonte como uma ação que reivindica algo não significa que ela não o fez. O que acontece quando não temos vestígios de uma certa luta pela legitimidade que presumimos ter ocorrido? Infelizmente, não é possível contar essa história (Latour, 2008). A história pragmática assume que suas aspirações em relação ao passado talvez sejam modestas, que o que conseguir descrever seja mais sucinto, não artificialmente denso, mas se orgulha de sua condição menos conjectural e interpretativa.

Ao ler uma carta a Perón na qual uma pessoa fornece detalhes sobre atividades que impulsionou em sua localidade em prol do peronismo e pede uma promoção no trabalho, em vez de se concentrar nas palavras pomposas, expressões de afeto ou deferência, a abordagem pragmática busca vestígios da atividade realizada para se mostrar merecedora de uma resposta. A que eventos os peronistas apelavam para conseguir emprego no Estado? O que escolhiam justificar e de que maneiras tentavam fazê-lo? Por que detalhar a data de filiação ao Partido Peronista, a presença em um ato escolar, a nota que um funcionário enviou? Qual era o propósito do relato sobre como deixaram de trabalhar em outra dependência do governo (Garzón Rogé, 2017a)?

Um enfoque na fonte como reivindicação no presente em que se propõe incidir recupera especialmente elementos que os próprios atores consideravam importantes para a definição das situações que habitavam, tentativas de intervir nas formas de serem lidos, interpretados, julgados, considerados. Isso revela a lenta elaboração dos acordos, a produção coletiva do que era importante justificar, costurar, aprimorar, resolver, esquecer (Thireau, 2019). Não é necessário presumir a existência de “crenças” no que os atores reivindicavam em seus cursos de ação. Determinar se os trabalhadores da indústria açucareira realmente acreditavam ou não que Perón era o único capaz de atender às suas demandas, que o líder sempre estaria ao seu lado, ou se era apenas uma estratégia retórica para desobedecer e ainda assim parecerem peronistas, tudo isso não contribuiria para a descrição da experiência histórica além de uma boa dose de especulação. Complicaria até mesmo a possibilidade de descrever como os próprios peronistas às vezes reivindicavam uma coisa e outras vezes reivindicavam outra e, até mesmo, às vezes, para reivindicar uma, reivindicavam a outra (Garzón Rogé, 2019b).

O tema da identificação com o peronismo, então, não precisa ser situado no plano das ideias, crenças ou emoções (tudo isso pode ter estado presente, é claro, mas não há garantia a respeito, e certamente houve uma gama muito diversificada de formas de comprometimento emocional com o movimento). Em vez disso, podem ser rastreadas e registradas práticas de identificação e legitimação que os atores colocavam em jogo quando se declaravam peronistas em público, mostrando o que faziam em situações não apenas para serem peronistas, mas também para exercer legitimamente a política e o pertencimento.

Ao investigar a experiência dos dirigentes do interior do país que viajaram em 1953 das províncias para Buenos Aires para frequentar os cursos de formação da Escola Superior Peronista e depois voltaram a seus lugares com a missão de criar lá delegações regionais dessa entidade, por exemplo, uma abordagem de fontes como reivindicações permitiu descrever como os atores faziam pedidos às autoridades nacionais do movimento, buscando que fossem interpretados como parte de suas nobres tarefas partidárias, e não como solicitações de natureza pessoal. O acompanhamento dos registros pessoais desses dirigentes expôs a importância que atribuíram a uma distinção (que criaram e reforçaram no mesmo ato) entre “se considerar com direitos” por integrar o movimento político oficialista e cumprir com as “obrigações de todo bom peronista” (Garzón Rogé, 2021). O esforço para produzir uma certa legitimidade para fazer pedidos foi uma atividade na qual uma multidão de atores se empenhou em criar seus interesses como gerais e desejáveis para o coletivo. Não é especialmente importante determinar se tiveram sucesso ou não, pois certamente o fizeram em alguns casos e em outros não, tampouco

se acreditavam que esse era o verdadeiro sentido do que estavam solicitando. Os rastros disponíveis na superfície dos registros revelam a tarefa concreta dos atores de descrever diferentes modos de agir, alguns válidos e outros inválidos, uma preocupação nativa em organizar a experiência que estavam criando. O que essas ações nos dizem sobre a situação de enunciação na qual essas reivindicações foram elevadas? Indicam que não era evidente que, sendo peronistas, pudessem arrogar-se a possibilidade de acessar empregos ou desfrutar de certas considerações, mas consideravam necessário esforçar-se para justificar suas aspirações, respondendo a uma série de dúvidas sobre sua legitimidade para fazer esses pedidos. Essas ações também mostram que a realidade do movimento peronista era, entrando nos anos 50, mais desordenada e efervescente do que costuma ser considerada, devido à insistência das autoridades do partido sobre a importância de “não se considerar com direitos” por participar do movimento. As pomposas loas à ordem e lealdade dentro do movimento político oficialista foram mais uma tentativa de gerar ordem e lealdade onde não havia do que uma descrição de um estado de coisas existente que provavelmente foi exagerado na historiografia do período.

Uma reflexão final: uma aposta pela confiança

Este artigo apresentou três iniciativas promovidas pela história pragmática para explorar as experiências do passado. Em primeiro lugar, destaca-se a valorização de um tipo de estranhamento que assume uma postura de ignorância e modéstia em relação aos processos vividos por outros, buscando mais descrever do que interpretar. As disputas pela definição externa das coisas, seu porquê, sua natureza, seriam anedóticas e inofensivas se não tivessem como efeito obscurecer dimensões decisivas no funcionamento desses processos. Em situações em que as classificações *a priori* se complicam, as soluções dificilmente surgem ao sentenciar que houve contradições, anormalidades, ambiguidades evasivas à interpretação sociológica. O exotismo está mais relacionado ao presente das polêmicas interpretativas do que ao desejo científico de relatar o que estava vivo naquele país distante que é o passado. A história pragmática decide deixar de lado as perguntas em que parece obrigatório decidir se os processos foram uma coisa ou outra, para buscar como os processos foram produzidos, transformados, disputados, estabilizados, usados.

Em segundo lugar, o artigo enfatizou o esforço de uma perspectiva pragmático-pragmatista para seguir o mais de perto possível como os atores “faziam tudo”, como cooperavam para produzir intersubjetivamente a objetividade na qual consideravam se sustentar e pela qual resolviam seus assuntos. A maneira como organizavam sua experiência, controversa, disputada, sempre tecendo e transformando acordos sobre o que estava acontecendo, é indispensável para descrever a experiência histórica em seus próprios termos, seguindo o que era relevante no quadro de legitimidades validadas e impugnadas permanentemente. Não atentar para essa dimensão *emic* na pesquisa também poderia parecer um simples defeito corrigível, se não fosse pela escassez que implica para a compreensão da experiência histórica real. A condição autointerpretativa complexa dos mundos investigados não é algo que possa ser adicionado posteriormente; é a origem dos contornos específicos tanto da ação em curso quanto dos contextos que se ativam ao seu redor para criar seus sentidos situados.

Por último, este escrito lembrou a proposta da história pragmática de atender às fontes como ações que reivindicam algo no presente de sua enunciação. Essa condição implica que elas possuem marcas, às vezes não decifráveis como tais, por falta de reagentes que permitam compreender o que pretendiam legitimar, validar, criticar ou discutir em um jogo que não compreendemos. Mais do que suspeitar das fontes, mais do que fazer uma leitura crítica delas, uma perspectiva pragmática propõe registrar as críticas contidas nelas, as suspeitas que anunciam, as afirmações e pressupostos que buscam impor, negociar e compartilhar. Certamente, com a maior abundância possível delas, para rastrear o mais minuciosamente possível os jogos subjacentes ao tabuleiro de sua produção. A superfície das fontes se torna um local adequado para observar as habilidades e competências dos

atores, ao mesmo tempo em que é possível perceber um certo reflexo das controvérsias e disputas nas quais intervêm com mais ou menos sucesso.

Em conjunto, as três iniciativas mostram um compromisso em não escolher entre ser encantado pelos nativos e sua época (a tentação populista) ou desconfiar deles para impor os quadros de verificação universais (a tentação moderna) (Latour, 2018). Todas as três defendem uma confiança em que o pensamento moderno só sentiu terror pela simples ideia de ser vítima de engano (Debaise e Stengers, 2022; James, 2009). A descrição da experiência histórica é enriquecida ao se aproximar sem medo dos modos de vida dos outros (não encontrar os peronistas exóticos?), da multiplicidade de mundos que compõem jogos ativos situados (como poderiam estar se mobilizando e desmobilizando ao mesmo tempo?), da escassez e da rudeza das fontes documentais (há algo mais na superfície das fontes peronistas além de palavreado piegas ou utilitarismo?). A história pragmática é uma tentativa de contribuir para o reflorestamento de imagens do passado desertificadas pelo modo moderno de investigar, que busca a verdade dos fenômenos sem parar nos acordos para determinar o que funciona como verdadeiro, estendendo assim a experiência vivida e as configurações históricas que molda, contendo em si mesmas (praticamente) tudo o que é necessário para sua melhor descrição possível (sempre limitada).

Bibliografia

- ACHA, O. **La Argentina peronista: una historia desde abajo (1945-1955)**. Buenos Aires: 90 Intervenciones, 2019.
- AELO, O. (ED.). **Las configuraciones provinciales del peronismo. Actores y prácticas políticas, 1945-1955**. La Plata: Instituto Cultural de la Provincia de Buenos Aires, 2010.
- BALBI, F. A. ¿Explicar "el peronismo"? Apuntes para un debate pendiente. **Desarrollo Económico**, v. 49, n. 193, p. 151–161, 2009.
- BARTHE, Y. *et al.* Sociologie pragmatique: mode d'emploi. **Politix**, v. 3, n. 103, p. 175–204, 2013.
- BARTHE, Y.; LEMIEUX, C. Quelle critique après Bourdieu?. **Mouvements**, v. 24, n. 5, p. 33–38, 2002.
- BAZIN, J. Interpretar o describir. Notas críticas sobre el conocimiento antropológico. *Em*: GARZÓN ROGÉ, M. (Ed.). **Historia pragmática. Una perspectiva sobre la acción, el contexto y las fuentes**. Buenos Aires: Prometeo, 2017. p. 105–124.
- BOLTANSKI, L. Sociologie critique et sociologie de la critique. **Politix**, v. 3, n. 10, p. 124–134, 1990.
- CERUTTI, S. Pragmatique et histoire. Ce dont les sociologues sont capables (note critique). **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 46, n. 6, p. 1437–1445, 1991.
- CERUTTI, S. Histoire pragmatique, ou de la rencontre entre histoire sociale et histoire culturelle. **Tracés. Revue de Sciences humaines**, n. 15, p. 147–168, 2008.
- CERUTTI, S. "À rebrousse-poil": dialogue sur la méthode. **Critique**, n. 6, p. 564–575, 2011.
- CERUTTI, S. **Étrangers. Étude d'une condition d'incertitude dans une société d'Ancien régime**. Paris: Bayard, 2012.
- CHATEAURAYNAUD, F.; COHEN, Y. (EDS.). **Histoires pragmatiques**. Paris: Raisons Pratiques 25 - Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2016.
- CONTRERAS, G.; MARCILESE, J. (EDS.). Los trabajadores durante los años del primer gobierno peronista. Nuevas miradas sobre sus organizaciones, sus prácticas y sus ideas (1946-1955). **Programa Interuniversitario de Historia Política**, n. 35, 2013.

- CORCUFF, P. **Las nuevas sociologías principales corrientes y debates, 1980-2010**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.
- COTTEREAU, A. Faire un precedent. De l'ethnométhodologie aux approches socio-historiques. Parcours d'un séminaire, 1988-1989. *Em*: Paris: CNRS/Université de Paris 7, 1990. p. 45–63.
- COTTEREAU, A. Contextualiser dans un monde auto-interprétant: quel prix pour la garde d'un bébé? Un exemple d'anthropologie de l'évaluation, ou "ethnocomptabilité". *Em*: BRAYARD, F. (Ed.). **Des contextes en histoire**. Paris: Bibliotheque du Centre de Recherches Historiques, 2014. p. 123–150.
- DEBAISE, D.; STENGERS, I. An ecology of trust? Consenting to a pluralist universe. **The Sociological Review**, v. 70, n. 2, p. 402–415, 2022.
- DELACROIX, C. La falaise et el rivage. Histoire du "tournant critique". **Espace Temps**, v. 59, n. 1, p. 86–111, 1995.
- DEWEY, J. **La opinión pública y sus problemas**. Madrid: Ediciones Morata, 2004.
- DODIER, N. Agir dans plusieurs mondes. **Revue Critique**, p. 427–458, 1991.
- DOYON, L. **Perón y Los Trabajadores: Los Orígenes Del Sindicalismo Peronista, 1943-1955**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- GARZÓN ROGÉ, M. (ED.). **Historia pragmática. Una perspectiva sobre la acción, el contexto y las fuentes**. Buenos Aires: Prometeo, 2017.
- GARZÓN ROGÉ, M. Un espécimen peronista. Pruebas de identidad y modos prácticos de ser en el primer peronismo. **Revista Pilquen. Sección Ciencias Sociales**, v. 20, n. 4, p. 82–95, 2017.
- GARZÓN ROGÉ, M. Aprendices en un país extranjero. Notas para una historia pragmática. *Em*: GARZÓN ROGÉ, M. (Ed.). **Historia pragmática. Una perspectiva sobre la acción, el contexto y las fuentes**. Buenos Aires: Prometeo, 2017b.
- GARZÓN ROGÉ, M. De enigma a paradoja. Reensamblar la política de los primeros peronistas (1945-1955). **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"**, n. 51, p. 169–203, 2019.
- GARZÓN ROGÉ, M. Distancias relativas con el corazón de las cosas. La autoridad peronista haciéndose a través de los informes secretos de la División de Asuntos Especiales. **História Unisinos**, v. 23, n. 3, p. 414–424, 2019.
- GARZÓN ROGÉ, M. Pregoneros de la doctrina. Prácticas de identificación y sentidos de la acción entre los alumnos provincianos de la Escuela Superior Peronista (1952-1955). **Revista Paginas**, n. 33, 2021.
- GERMANI, G. **Política y sociedad en una época de transición**. Buenos Aires: Paidós, 1962.
- HALPERÍN DONGHI, T. Algunas observaciones sobre Germani, el surgimiento del peronismo y lo migrantes internos. **Desarrollo Económico**, v. 14, n. 56, p. 765–781, 1975.
- JAMES, W. **La voluntad de creer y otros ensayos de filosofía popular**. Barcelona: Marbot, 2009.
- JUDDE DE LARIVIÈRE, C. **L'ordinaire des savoirs: Une histoire pragmatique de la société vénitienne**. Paris: Éditions EHESS, 2023.
- LATOUR, B. **Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- LATOUR, B. **Sobre el culto moderno de los dioses factiches - Iconoclash**. Buenos Aires: Dedalus, 2018.

- LEPETIT, B. Les Annales aujourd'hui. **Review (Fernand Braudel Center)**, v. 18, n. 2, p. 329–354, 1995.
- LEPETIT, B. L'histoire prend-t-elle les acteurs au sérieux?. **Espaces Temps**, v. 59, n. 1, p. 112–122, 1995.
- LEPETIT, B. (ED.). **Les Formes de l'expérience: Une autre histoire sociale**. Paris: Albin Michel, 2013.
- LES ANNALES. Actualité d'un sous-titre: histoire, sciences sociales. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, v. 75, n. 3–4, p. 401–424, 2020.
- LUNA, F. **Perón y su tiempo. La Argentina era una fiesta (1946-1949)**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1984.
- MACKINNON, M. **Los años formativos del partido peronista (1946-1950)**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002.
- MACOR, D.; TCACH, C. (EDS.). **La invención del peronismo en el interior del país**. Santa Fe: UNL, 2003.
- MURMIS, M.; PORTANTIERO, J. C. **Estudios sobre los orígenes del peronismo**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1971.
- NACHI, M. **Introduction à la sociologie pragmatique**. Paris: Armand Colin, 2006.
- NOIRIEL, G. **Sur la crise de l'histoire**. Paris: Belin, 1996.
- OGIEN, A. Pragmatismes et sociologies. **Revue Française de Sociologie**, v. 55, n. 3, p. 563–579, 2014.
- PLOTKIN, M. **Mañana es San Perón. Propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)**. Buenos Aires: EDUNTREF, 2007.
- QUIROGA, N. De la inexistencia a la ubicuidad. El partido peronista en la historiografía académica. *Em*: ACHA, O.; QUIROGA, N. (Eds.). **El hecho maldito. Conversaciones para otra historia del peronismo**. Rosario: Prohistoria, 2012. p. 83–110.
- QUÉRÉ, L. Sociologie et sémantique: le langage dans l'organisation social de l'expérience. **Sociétés contemporaines**, n. 18–19, p. 17–41, 1994.
- RODRIGUEZ CORDEU, J. Consenso y carisma: el ritual en los estudios sobre el peronismo. *Em*: ACHA, O. (Ed.). **Historia del peronismo. Un manual para su investigación**. Buenos Aires: Prometeo, 2023. p. 83–100.
- RORTY, R. **Objetividad, relativismo y verdad**. Barcelona: Paidós, 1996.
- SCHIAVI, M. **El poder sindical en la Argentina peronista (1946-1955)**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2014.
- SIGAL, S. Del peronismo como promesa. **Desarrollo Económico**, v. 48, n. 190/191, p. 269–286, 2008.
- TELLA, T. S. Di. **Perón y los sindicatos: el inicio de una relación conflictiva**. Buenos Aires: Ariel, 2003.
- THIREAU, I. S'accorder sur ce qui est. **Politix**, n. 125, p. 161–190, 2019.
- THÉVENOT, L. L'action qui convient. *Em*: PHARO, P.; QUÉRÉ, L. (Eds.). **Les formes de l'action. Sémantique et sociologie**. Paris: EHESS, 1990. p. 33–70.
- TORRE, A. Percorsi della pratica, 1966-1995. **Quaderni storici**, v. 90, p. 799–829, 1995.
- TORRE, A. **Il consumo di devozioni. Religione e comunità nelle campagne dell'ancien régime**. Venezia: Marsilio, 1995b.
- TORRE, A. Les lieux de l'action: transcription documentaire et contexte historique. **Les Dossiers du Grihl**, n. 1, 2008.

TORRE, J. C. La Vieja Guardia Sindical y Perón: Sobre Los Orígenes del Peronismo.
Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1990.